



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 123622 - AM (2020/0028188-9)

**RELATOR** : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK  
**RECORRENTE** : ALESSANDRO DA SILVA DE LIMA (PRESO)  
**ADVOGADOS** : SANDRA REGINA DOS SANTOS - AM003455  
HIGOR CESAR DE CASTRO - AM012719  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS

### DECISÃO

Cuida-se de recurso ordinário em *habeas corpus* interposto por ALESSANDRO DA SILVA LIMA contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas no julgamento do HC n. 4004150-07.2019.8.04.0000.

Extraí-se dos autos que o recorrente foi condenado por ter praticado o delito tipificado no art. 121, § 2º, II, do Código Penal – CP (homicídio qualificado), à pena de 15 anos e 6 meses de reclusão, em regime inicial fechado, tendo sido decretada a sua prisão preventiva e determinada a expedição de mandado de prisão.

Irresignada, a defesa impetrou o *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, o qual denegou a ordem, nos termos do acórdão que restou assim ementado:

**HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO POR MOTIVO FÚTIL. RÉU SOLTO DURANTE A INSTRUÇÃO. DECRETAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA EM SENTENÇA CONDENATÓRIA. OCORRÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES. PRESENÇA DOS REQUISITOS DA PRISÃO PREVENTIVA. ORDEM DENEGADA.**

1. Pelo que consta, a defesa insurgiu-se contra a sentença prolatada em desfavor do réu, a qual decretou a prisão preventiva do mesmo, sob o fundamento de que imperioso seria o resguardo da ordem pública e a aplicação da lei penal, haja vista a existência de ameaças a testemunhas. Ademais, a autoridade coatora, por meio de informações prestadas, informou que o réu tentou empreender fuga no dia da sessão de julgamento, o demonstra a necessidade de aplicação da medida constritiva.

2. Não obstante o paciente tenha permanecido solto durante parte da instrução criminal, comparecendo aos atos judiciais, não se pode olvidar que, após o cometimento do crime, surgiram fatos novos, supervenientes, capazes de respaldar medida constritiva determinada na sentença condenatória, demonstrando risco concreto de que, com a condenação em primeiro grau, o mesmo possa se evadir e,

*ainda, reiterar na prática delitiva.*

*3. Sendo assim, não há que prosperar os argumentos expostos pela defesa do paciente, vez que o magistrado a quo fundamentou idônea e concretamente o decreto acautelatório, demonstrando a real necessidade da prisão preventiva, para garantia da ordem pública e garantia de aplicação da lei penal.*

*4. Muito embora existam condições favoráveis ao paciente, estas, por si sós, nada obstam a manutenção da prisão, na medida em que estão presentes os requisitos do art. 312 do CPP.*

*5. Ordem denegada (fl. 73).*

No presente *mandamus*, sustenta o direito de recorrer em liberdade, diante da ausência dos requisitos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal – CPP, de modo que a custódia cautelar não estaria suficientemente fundamentada.

Alega que o recorrente respondeu ao processo solto, cumprindo todas as medidas cautelares anteriormente impostas, sem que tenha dado ensejo a qualquer fato que determinasse a sua prisão cautelar, tendo se deslocado até à porta do Tribunal do júri apenas para abraçar seu filho recém-nascido que estava no colo da mãe.

Ressalta as condições pessoais favoráveis e a suficiência das medidas cautelares alternativas.

Pugna, ao final, pelo conhecimento e provimento do recurso, para que haja revogação da prisão preventiva, de maneira que o recorrente possa responder ao processo em liberdade.

O Ministério Público Federal apresentou contrarrazões ao recurso (fls. 107/111).

É o relatório.

Decido.

Conforme relatado, busca-se, no presente recurso, o direito do recorrente de responder ao processo em liberdade.

O recorrente foi julgado pelo Tribunal do Júri que o condenou pela prática do crime previsto no art. 121, § 2º, II, do Código Penal – CP, à pena de 15 anos e 6 meses de reclusão, em regime inicial fechado, tendo sido lhe negado o direito de recorrer em liberdade, com o decreto da custódia cautelar nos seguintes termos:

*Ademais, considerando todo o acima exposto, aliado ao fato de estarem presentes os requisitos e pressupostos constantes dos arts. 311, 312 e 313, inciso I, todos do CPP, e tendo em vista, também, **as supostas ameaças perpetradas contra testemunhas**, DECRETO A PRISÃO PREVENTIVA do acusado, a fim de garantir a ordem pública e para assegurar a aplicação da Lei Penal.*

*Expeça-se o competente Mandado de Prisão, a ser cumprido em Plenário.*

A referida segregação foi mantida pelo Tribunal de origem, com a seguinte fundamentação:

[...]

Os argumentos utilizados pelo magistrado consistem no fato de existirem ameaças contra testemunhas do feito, por parte do paciente, o que, por si só, já seria suficiente para evidenciar o *periculum liberatis*, de maneira que o acautelamento da ordem pública é medida que se impõe.

**Ademais, consoante informações da autoridade coatora (fl. 54/56), há um fato superveniente ocorrido durante a sessão plenária, ocasião em que réu tentou empreender fuga no dia da sessão de julgamento, fato este que, caso consolidado, ocasionaria óbices à aplicação da lei penal.**

Sendo assim, não procede o argumento promovido pela defesa do paciente, segundo o qual a decisão que decretou a prisão preventiva do acusado não fora suficientemente fundamentada, haja vista ter se pautado no resguardo da ordem pública sobretudo na garantia de aplicação da lei penal, de modo a inexistir qualquer afronta ao princípio da presunção de inocência

No caso, portanto, embora o paciente tenha permanecido solto durante parte da instrução criminal, comparecendo aos atos judiciais, não se pode olvidar que, após o cometimento do crime, surgiram fatos novos, supervenientes, capazes de respaldar a medida constritiva determinada na sentença condenatória, demonstrando risco concreto de que, com a condenação em primeiro grau, o mesmo possa se evadir e, ainda, reiterar na prática delitiva.

Neste sentir, observa-se que a negativa do direito do paciente apelar em liberdade reveste-se de legitimidade, uma vez atendido o princípio da necessidade de fundamentação, previsto no art. 387, parágrafo único, do CPP, bem como demonstrada, por sua vez, a necessidade da prisão cautela (fls. 78/79).

O Superior Tribunal de Justiça firmou posicionamento segundo o qual, considerando a natureza excepcional da prisão preventiva, somente se verifica a possibilidade da sua imposição e manutenção quando evidenciado, de forma fundamentada em dados concretos, o preenchimento dos pressupostos e requisitos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal – CPP.

Convém, ainda, ressaltar que, considerando os princípios da presunção da inocência e a excepcionalidade da prisão antecipada, a custódia cautelar somente deve persistir em casos em que não for possível a aplicação de medida cautelar diversa, de que cuida o art. 319 do CPP.

No caso dos autos, verifico que a prisão preventiva foi adequadamente motivada, tendo as instâncias ordinárias ressaltado a periculosidade concreta da conduta e do agente, evidenciada pela gravidade do delito, qual seja, homicídio qualificado cometido mediante disparos de arma de fogo por disputa pela posse de um celular, pelo fato de haver ameaças a testemunhas e por tentar empreender fuga no dia da sessão de julgamento, o que demonstra que a prisão processual está devidamente fundamentada na garantia da ordem pública e na garantia da aplicação da lei penal.

Ademais, em face do *quantum* de pena imposta na sentença condenatória, qual seja, 15 anos e 6 meses de reclusão, em regime prisional fechado, não resta desarrazoado que o recorrente seja mantido preso até o julgamento do recurso defensivo.

Nesse sentido, cito os seguintes julgados desta Corte:

*HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. ANÁLISE DO MÉRITO. PRINCÍPIO DA OFICIALIDADE. PRISÃO PREVENTIVA. HOMICÍDIO QUALIFICADO. SEGREGAÇÃO CAUTELAR DECRETADA NA SENTENÇA. LEGALIDADE. NEGATIVA DO DIREITO DE RECORRER EM LIBERDADE. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. MODUS OPERANDI.*

*AMEAÇAS AS TESTEMUNHAS. QUANTIDADE DE PENA IMPOSTA. AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.*

1. O Superior Tribunal de Justiça, seguindo entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal, passou a não admitir o conhecimento de habeas corpus substitutivo de recurso ordinário. No entanto, deve-se analisar o pedido formulado na inicial, tendo em vista a possibilidade de se conceder a ordem de ofício, em razão da existência de eventual coação ilegal.

2. No caso, a prisão preventiva da paciente, decretada na sentença, está fundamentada na necessidade de garantia da ordem pública, tendo em vista o (i) *modus operandi* do delito (teria premeditado, mediante paga, a morte do seu companheiro, oferecendo dinheiro a diversas pessoas para a realização do ato, e a execução foi efetiva com a sua ajuda, durante o repouso noturno); as (ii) **ameaças sofridas pelas testemunhas; e a (iii) quantidade de pena imposta (18 anos de reclusão). Adequação aos artigos 312 e 387, §1º do Código de Processo Penal. Ausência de constrangimento ilegal.**

3. Habeas corpus não conhecido.

(HC 486.966/GO, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 12/02/2019, DJe 19/02/2019)

**AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS.**

ESTELIONATO. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO. FUGA DO DISTRITO DA CULPA. ELEMENTO CONCRETO QUE DENOTA A NECESSIDADE DA SEGREGAÇÃO CAUTELAR PARA A GARANTIA DA APLICAÇÃO DA LEI PENAL. CONSTRANGIMENTO ILEGAL. AUSÊNCIA.

**1. No caso, o Magistrado singular indeferiu o pedido de revogação da prisão cautelar do réu, com fundamento no fato de que ele se encontra foragido, portanto, em consonância com a jurisprudência deste Superior Tribunal, no sentido de que a fuga do acusado do distrito da culpa é elemento concreto que demonstra a necessidade da custódia para a garantia da aplicação da lei penal.**

**2. O fato de o agravante ter realizado acordo na seara cível não nulifica o decreto de prisão preventiva, calcado na garantia da aplicação da lei penal.**

**3. Agravo regimental improvido (AgRg no HC 474.896/MG, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, DJe 17/9/2019).**

HABEAS CORPUS. PRISÃO PREVENTIVA. ROUBO DUPLAMENTE MAJORADO. SENTENÇA CONDENATÓRIA. NEGADO O DIREITO DE RECORRER EM LIBERDADE. FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA. GRAVIDADE DO DELITO. REGIME PRISIONAL. ANÁLISE PREMATURA. APELAÇÃO PENDENTE. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. HABEAS CORPUS DENEGADO.

**1. Apresentada fundamentação concreta para a manutenção da prisão preventiva, evidenciada na prática de roubo duplamente majorado, praticado em concurso de pessoas e com grave ameaça, já que usou arma de fogo para intimidar a vítima, assim como pelo quantum da pena de quase 08 (oito) anos, não há que falar em ilegalidade da negativa do direito de recorrer em liberdade.**

**2. Se mostra prematura a apreciação da questão referente à alegada fixação de regime intermediário na via do habeas corpus, quando interposta apelação na origem.**

**3. Habeas corpus denegado (HC 498.868/GO, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 4/6/2019, DJe 11/6/2019).**

Ressalto que a presença de condições pessoais favoráveis, como bons antecedentes e residência fixa, não impede a decretação da prisão preventiva.

Confira-se:

HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. ESTUPRO DE VULNERÁVEL. PRISÃO PREVENTIVA. SUPERVENIÊNCIA DE SENTENÇA CONDENATÓRIA. AUSÊNCIA DE NOVOS FUNDAMENTOS A EMBASAR A CUSTÓDIA. WRIT NÃO PREJUDICADO. REQUISITOS DA CUSTÓDIA CAUTELAR. ESPECIAL GRAVIDADE DA CONDUTA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. ORDEM DE HABEAS CORPUS DENEGADA.

1. A superveniência de sentença penal condenatória, na qual se nega ao acusado o direito de recorrer em liberdade com os mesmos fundamentos utilizados anteriormente para justificar a prisão preventiva, sem agregar novos, não conduz à prejudicialidade da ação constitucional de habeas corpus ou do recurso em habeas corpus dirigidos contra decisão antecedente de constrição cautelar.

2. No caso, a decretação da prisão preventiva está suficientemente fundamentada na especial gravidade da conduta, pois o Paciente obrigou a vítima (à época com 14 anos de idade) a manter com ele relação sexual em duas ocasiões - consta na sentença que "a prática dos atos sexuais se deu mediante ameaças no sentido de que seriam pagos terceiros para bater na vítima acaso ela não consentisse com os atos sexuais" (fl. 273) -, e na possibilidade de reiteração delitiva. Essa situação revela a periculosidade do Réu, apta a justificar a segregação cautelar para garantia da ordem pública.

3. Além disso, o mandado de prisão ainda não foi cumprido, encontrando-se o Paciente foragido. Necessidade da medida para a garantia de aplicação da lei penal.

4. A existência de condições pessoais favoráveis - tais como primariedade, bons antecedentes, ocupação lícita e residência fixa - não tem o condão de, por si só, desconstituir a custódia antecipada, caso estejam presentes outros requisitos que autorizem a decretação da medida extrema, como ocorre na hipótese em tela.

5. Ordem de habeas corpus denegada (HC 509.179/PE, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, DJe 2/8/2019).

Ademais, o entendimento deste Superior Tribunal de Justiça é no sentido de ser inaplicável medida cautelar alternativa quando as circunstâncias evidenciam que as providências menos gravosas seriam insuficientes para manutenção da ordem pública.

Nesse sentido, confira-se o seguinte precedente:

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. PROCESSO PENAL. ESTUPRO DE VULNERÁVEL. PRISÃO PREVENTIVA. PLEITO DE REVOGAÇÃO. SUPERVENIÊNCIA DE SENTENÇA CONDENATÓRIA. AUSÊNCIA DE NOVOS FUNDAMENTOS A EMBASAR A CUSTÓDIA. WRIT NÃO PREJUDICADO. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. MODUS OPERANDI DO DELITO. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO ORDINÁRIO DESPROVIDO.

1. Durante a tramitação do presente recurso, sobreveio sentença condenatória que aplicou ao Recorrente pena privativa de liberdade de 20 (vinte) anos de reclusão, em regime inicial fechado, pela prática do crime de estupro de vulnerável, narrado na denúncia.

2. A sentença penal condenatória que, ao negar o direito de recorrer em liberdade, limita-se a reiterar os fundamentos utilizados anteriormente para justificar a prisão preventiva, sem agregar novos, não conduz à prejudicialidade da ação constitucional de habeas corpus ou do recurso em habeas corpus dirigidos contra decisão antecedente de constrição cautelar. Precedente da Sexta Turma.

3. A prisão preventiva mantida pela Corte a quo está satisfatoriamente fundamentada na garantia da ordem pública, com base no modus operandi do delito - Recorrente que, aproveitando-se da relação familiar com a vítima, sua enteada, praticou com ela atos libidinosos, por diversas vezes, resultando na gravidez da ofendida aos 13 (treze) anos de idade -, o que evidencia a perniciosidade social da ação, a justificar a medida constritiva.

4. As condições pessoais favoráveis, tais como primariedade, bons antecedentes, ocupação lícita e residência fixa, não têm o condão de, por si sós, desconstituir a custódia antecipada, caso estejam presentes outros requisitos de ordem objetiva e subjetiva que autorizem a decretação da medida extrema.

5. Se há indicação de fundamentos concretos para justificar a prisão preventiva, não se revela cabível a aplicação de medidas cautelares alternativas à prisão, visto que insuficientes para resguardar a ordem pública.

6. Recurso desprovido (RHC 100.370/TO, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, DJe 11/10/2018).

Nesse contexto, não verifico a presença de constrangimento ilegal capaz de justificar a revogação da custódia cautelar do recorrente.

Nesse contexto, não verifico a presença de constrangimento ilegal capaz de justificar a revogação da custódia cautelar do recorrente.

Ante o exposto, nego provimento ao recurso ordinário em *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimações necessárias.

Brasília, 03 de abril de 2020.

Ministro Joel Ilan Paciornik  
Relator